

06-06-2016

ORDEM DO DIA:

I

APROVAÇÃO DE ATAS

1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada em 18 de abril de 2016.
2. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada em 02 de maio de 2016.
3. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada em 16 de maio de 2016.

II

PLANEAMENTO URBANO E LICENCIAMENTO DE OBRAS

1. REABILITAÇÃO URBANA

1.1 - ARU – Área de Reabilitação Urbana – Início do Procedimento e Proposta de Delimitação.

2. OBRAS PARTICULARES

2.1 - Emissão de parecer ao abrigo do art. 54.º da Lei 91/95, de 02 de setembro, na redação dada pela Lei 64/2003, de 23 de agosto – Requerente Andrea Alexandra Faria dos Santos e Sérgio Alexandre Alves André (prédio inscrito sob o artigo 73, Secção I, freguesia de Sapataria).

III

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1. GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

1.1 - Anulação de receita – Guia de Anulação de Receita Virtual n.º 5/2016.

1.2 - Alienação de madeira resultante do abate de árvores.

2. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

2.1 - Outros assuntos de interesse do Município.

Sobral de Monte Agraço, 01 de junho de 2016

O Presidente da Câmara Municipal,



José Alberto Quintino, Eng.º

7
X

Ata n.º 11

**Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço
Realizada no dia 06 de junho de 2016**

Aos 06 dias do mês de junho de 2016, nesta Vila de Sobral de Monte Agraço, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, sob a presidência do Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Quintino da Silva, com as presenças dos Vereadores: Sérgio Paulo de Campos Bogalho, Pedro Miguel da Silva Coelho dos Santos, Joaquim Maria Reis Catarino Biancard Cruz e Ana Patricia Duarte Vitorino. Também esteve presente Raquel Conceição da Silva Pinheiro Leite, Coordenadora Técnica da Secção Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos, em substituição da Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, na qualidade de Secretário. _____

Pelo Sr. Presidente foi declarada aberta a reunião quando eram 18 horas e 10 minutos. _____

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Presente o Resumo Diário da Tesouraria número 105 de sexta-feira, cujo total de disponibilidades é de € 916.260,32 sendo € 723.728,82 de operações orçamentais e € 192.531,50 de operações não orçamentais. _____

2. O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos, pediu a palavra para colocar uma questão tendo perguntado porque razão não foram os Vereadores da Oposição avisados da visita de um nosso Governante ao Concelho - a Ex.ma Sra. Secretária de Estado do Turismo - no passado dia 27 de maio, tendo tido conhecimento que, no contexto daquela visita, também havia sido efetuada uma deslocação ao Forte do Alqueidão. Referiu que, em sua opinião, esta é mais uma situação lamentável, razão pela qual espera que a mesma não fique esquecida aquando da elaboração do relatório do direito da oposição referente ao ano em curso. _____

O Sr. Presidente, respondendo ao Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos, informou que a visita efetuada pela Sra. Secretária de Estado do Turismo foi organizada pela Comissão Técnica dos 6 Municípios que compõem a RHLT – Rota Histórica das Linhas de Torres, tendo, na ocasião, sido visitados os seis Concelhos. Uma vez que não foi a Autarquia a organizar esta visita, não poderia ter formulado qualquer convite, apenas poderia ter informado da realização da mesma. Neste sentido, disse que daria conhecimento do descontentamento do Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos junto da direção da RHLT – Rota Histórica das Linhas de Torres. ____

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos disse que deveriam ser deixadas de parte as questões de semântica, pois independentemente da questão de aferirmos se estamos a falar de convites ou de informações, os Srs. Vereadores deveriam ter tido conhecimento da visita oficial, salientando que é através de situações como estas que se pode verificar o respeito que existe para com os Srs. Vereadores da Oposição. Referiu, ainda, que seria melhor que o Sr.

Presidente assumisse o erro quanto à falha de informação, de forma a colocar-se um ponto final no assunto. _____

O Sr. Presidente voltou a referir que a visita não foi organizada pelo Município, mas pela RHLT – Rota Histórica das Linhas de Torres, pelo que nunca poderia determinar quem ia ou não estar presente na iniciativa. Disse que assumia a falha quanto à falta de informação junto dos Srs. Vereadores da Oposição, mas no que concerne à formulação de um convite nunca o poderia ter feito. Relembrou, mais uma vez, que a organização da visita partiu da RHLT e da Secretaria de Estado do Turismo. _____

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos referiu que, aquando da visita da Sra. Secretária de Estado do Turismo, estavam presentes no Forte de Alqueidão, muitas pessoas que não desempenham cargos na Autarquia. Por fim, disse que devia ter sido prestada a informação, lamentando que este tipo de situação continue a acontecer. _____

O Sr. Presidente disse que se os Srs. Vereadores aparecessem no Forte de Alqueidão por ocasião da visita realizada, não seriam impedidos de estar presentes, mas de facto não poderia ter havido um convite formal para o efeito. _____

I

APROVAÇÃO DE ATAS

1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada em 18 de abril de 2016 _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida em voz alta, a referida ata. _____

2. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada em 02 de maio de 2016 _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, sem a participação na votação do Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz, por não ter estado presente na reunião, aprovar, depois de lida em voz alta, a referida ata. _____

3. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada em 16 de maio de 2016 _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida em voz alta, a referida ata. _____

II

PLANEAMENTO URBANO E LICENCIAMENTO DE OBRAS

1. REABILITAÇÃO URBANA _____

1.1 – ARU – Área de Reabilitação Urbana – Início de Procedimento e Proposta de Delimitação _____

O Sr. Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

“Proposta _____

ARU – Área de Reabilitação Urbana – Início do Procedimento e Proposta de Delimitação _____

Considerando que: _____

a) Por informação datada de 31 de maio de 2016 – Informação 37/2016/DOUA, propõe-se que a Câmara Municipal delibere sobre a necessidade de promover a reabilitação urbana através da aprovação de uma ARU e da respetiva Operação de Reabilitação Urbana, bem como, que defina que a aprovação da delimitação da ARU tenha lugar em momento anterior à aprovação da respetiva Operação de Reabilitação Urbana. Mais se propõe que seja superiormente aprovado que o projeto de delimitação seja elaborado pelos serviços do Município; _____

b) De acordo com o MANUAL DE APOIO - Processos de delimitação e de aprovação de Áreas de Reabilitação Urbana e de Operações de Reabilitação Urbana do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, a tramitação a adotar será a seguinte: _____

“2.1 Aprovar a delimitação da Área de Reabilitação Urbana [artigo 13º] _____

Para a definição da área a submeter a reabilitação urbana, a Câmara Municipal terá de: ____
Deliberar previamente sobre a necessidade de promover a Reabilitação Urbana através da aprovação da delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana e da respetiva Operação de Reabilitação Urbana. _____

Definir que a aprovação da delimitação de Área de Reabilitação Urbana tenha lugar em momento anterior à aprovação da respetiva Operação de Reabilitação Urbana. _____

Decidir se o respetivo projeto de delimitação será elaborado pelo Município ou por uma empresa do setor empresarial local, solicitar a sua elaboração e estabelecer previamente os respetivos objetivos [número 3 do artigo 13º] ”. _____

Propõe-se que: _____

A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, delibere, nos termos do artigo 13.º do Decreto-lei 307/2009, de 23 de outubro, o início do procedimento para delimitação da Área de Reabilitação Urbana, deliberando, também: _____

a) a necessidade de promover a Reabilitação Urbana através da aprovação da delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana e da respetiva Operação de Reabilitação Urbana; _____

b) que a aprovação da delimitação de Área de Reabilitação Urbana tenha lugar em momento anterior à aprovação da respetiva Operação de Reabilitação Urbana, sendo que esta área é a que consta do documento anexo à presente proposta dele fazendo parte integrante como doc. número 1; _____

c) que o projeto de delimitação seja elaborado pelos serviços do Município. _____

Sobral de Monte Agraço, 01 de junho de 2016 _____

O Presidente da Câmara Municipal, assinado, José Alberto Quintino, Eng.º _____



O Sr. Presidente disse que a proposta apresentada visa a aprovação do início do procedimento de delimitação da ARU – Área de Reabilitação Urbana do Concelho. Disse que este é um procedimento que tem por objetivo equacionar as necessárias ações que permitam a reabilitação de espaços urbanos numa determinada área territorial, possibilitando a regeneração e requalificação do espaço público e de imóveis degradados ou em ruínas. Disse que este tem sido um trabalho que já vem sendo desenvolvido há algum tempo, sendo que, neste momento, a CCDRC está a solicitar toda a documentação necessária e devidamente aprovada para que possa ser submetida ao pacto territorial até ao fim do presente mês. _____

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos disse que, efetivamente, este procedimento ainda está só no início, e que haverá, certamente, um longo caminho a percorrer. Tendo presente a proposta de delimitação apresentada, designadamente no que diz respeito à reabilitação no Casal Miranda, sugeriu que fosse incluído o imóvel devoluto existente à entrada daquela urbanização que, por sinal, já foi um tema abordado em anteriores reuniões do executivo. Perguntou porque razão o pavilhão do Monte Agraço Futebol Clube e o Pavilhão Municipal Multisserviços foram incluídos nesta delimitação, uma vez que, não parecem enquadrar-se neste procedimento. Por sua vez, e no que respeita ao Pavilhão do Soeirinho, disse que não vê qual o interesse na inclusão deste edifício. Terminou a sua intervenção sugerindo a inclusão da zona do eucaliptal na ARU, de forma a poder-se equacionar nesta delimitação a intervenção prevista para este local. _____

O Sr. Presidente, na sequência das palavras do Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos, disse que não se opunha à inclusão do imóvel devoluto existente no Casal Miranda na ARU, tendo solicitado à Sra. Chefe de Divisão da DOUA que se pronunciasse relativamente a esta matéria. A Chefe de Divisão, Eng.ª Carla Duarte, referiu que o imóvel em questão, não foi abrangido de forma propositada, uma vez que não possui licença de utilização e não tem mais de 30 anos (um dos requisitos para que um edifício possa ser abrangido pela reabilitação urbana), em suma, não dispõe de condições que permitam a sua inclusão neste procedimento. _____

O Sr. Presidente, voltando a intervir, esclareceu que a zona do eucaliptal não pode ser integrada na reabilitação, pois a área a intervir deve ter uma linha de continuidade, situação que não se verifica entre a última zona prevista a reabilitar e o eucaliptal. Relativamente ao Pavilhão do Soeirinho, disse que este é um edifício antigo e a necessitar de uma intervenção, e que quando a Autarquia deixar de utilizar o espaço poderá vir a cair no abandono. Assim, de modo a prevenir essa situação, disse que estando o espaço incluído na ARU, poderá haver uma maior facilidade na sua requalificação, quer pela via dos incentivos, quer pela via das penalizações. Por fim, e referindo-se à questão dos pavilhões do Monte Agraço Futebol Clube e do Multisserviços disse que foram incluídos para que, relativamente ao primeiro caso fosse possível uma reabilitação da fachada do edifício e, no segundo caso, pela requalificação de toda a zona envolvente. _____

O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz disse concordar com as sugestões apresentadas pelo Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos. Contudo, na sua opinião, disse que algumas áreas abrangidas podem ser revistas, nomeadamente, o espaço definido junto ao pavilhão do Soeirinho, pois esta zona abrange uma área rural e o espaço junto à Rua Teatro Eduardo Costa. _____

O Sr. Presidente disse que as sugestões ficavam registadas e que os serviços iriam equacioná-las. Por fim, informou que, devido à necessidade do processo estar concluído no final do mês de junho, no dia 14 do corrente mês, realizar-se-á uma reunião extraordinária da Câmara Municipal, para que o assunto ainda seja agendado para a próxima sessão da Assembleia Municipal. _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 13.º, do Decreto-lei 307/2009, de 23 de outubro, o início do procedimento para delimitação da Área de Reabilitação Urbana, deliberando, também: _____

a) a necessidade de promover a Reabilitação Urbana através da aprovação da delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana e da respetiva Operação de Reabilitação Urbana; _____

b) que a aprovação da delimitação de Área de Reabilitação Urbana tenha lugar em momento anterior à aprovação da respetiva Operação de Reabilitação Urbana, sendo que esta área é a que consta do documento anexo à presente deliberação dele fazendo parte integrante como doc. número 1; _____

c) que o projeto de delimitação seja elaborado pelos serviços do Município. _____

2. OBRAS PARTICULARES _____

2.1 – Emissão de parecer ao abrigo do artigo 54.º, da Lei 91/95, de 02 de setembro, na redação dada pela Lei 64/2003, de 23 de agosto – Requerente Andrea Alexandra Faria dos Santos e Sérgio Alexandre Alves André (prédio inscrito sob o artigo 73, Secção I, freguesia de Sapataria) _____

O Sr. Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

“Proposta _____

Emissão de parecer ao abrigo do artigo 54.º, da Lei 91/95, de 02 de setembro, na redação dada pela Lei 64/2003, de 23 de agosto – Requerente Andrea Alexandra Faria dos Santos e Sérgio Alexandre Alves André (prédio inscrito sob o artigo 73, Secção I, freguesia de Sapataria) _____

Considerando que: _____

a) Em 11/05/2016, deu entrada nos serviços do Município, um requerimento em nome de **Andrea Alexandra Faria dos Santos e Sérgio Alexandre Alves André**, solicitando a emissão de um parecer ao abrigo do artigo 54.º, da Lei 91/95, de 02 de setembro, na redação dada pela Lei 64/2003, de 23 de agosto, para efeitos de aquisição do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sobral de Monte Agraço sob o número

- 2141 e inscrito na matriz predial rústica, sob o artigo 73, Secção I, da freguesia de Sapataria; _____
- b) Dispõe o artigo 54.º do diploma referido, nos números 1 e 2 que “A celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da Câmara municipal do local da situação dos prédios” e “O parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulta parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana”; _____
- c) Na sequência do procedimento melhor descrito na alínea a) da presente proposta, foi elaborada a informação da DOUA, subscrita pela Chefe de Divisão, Eng.ª Carla Duarte, em 24 de maio de 2016, anexa à presente proposta dela fazendo parte para os devidos e legais efeitos, tendo o Sr. Vice-Presidente da Câmara despachado em 27 de maio de 2016, nos seguintes termos: “À próxima reunião de Câmara”. _____

Propõe-se que: _____

1 - A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, delibere ao abrigo do disposto no artigo 54.º, da Lei 91/95, de 02 de setembro, na redação dada pela Lei 64/2003, de 23 de agosto que não se opõe à constituição de compropriedade ou à ampliação do número de compartes relativamente ao prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sobral de Monte Agraço e inscrito na matriz predial rústica, sob o artigo 73, Secção I, da freguesia de Sapataria.

2 – A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere, ainda, que a emissão de parecer favorável não significa concordância com a edificação, loteamento ou urbanização, devendo sempre ser respeitado o regime do PDM, da REN ou RAN. _____

3 - A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere, também, que deverá constar da certidão a emitir reprodução da informação dos serviços técnicos do Município, datada de 20/05/2016, nos termos da qual se refere: _____

“O prédio rústico n.º 73, secção I, da freguesia de Sapataria está inserido em espaço agrícola, área agro-pastoril, de acordo com o Artigo 27.º do regulamento do P.D.M.”. _____

Sobral de Monte Agraço, 01 de maio de 2016 _____

O Presidente da Câmara Municipal, assinado, José Alberto Quintino, Eng.º _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, ao abrigo do disposto no artigo 54.º, da Lei 91/95, de 02 de setembro, na redação dada pela Lei 64/2003, de 23 de agosto que não se opõe à constituição de compropriedade ou à ampliação do número de compartes relativamente ao prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sobral de Monte Agraço e inscrito na matriz predial rústica, sob o artigo 73, Secção I, da

freguesia de Sapataria. _____

Deliberou, ainda, que a emissão de parecer favorável não significa concordância com a edificação, loteamento ou urbanização, devendo sempre ser respeitado o regime do PDM, da REN ou RAN. _____

Deliberou, também, que deverá constar da certidão a emitir reprodução da informação dos serviços técnicos do Município, datada de 20/05/2016, nos termos da qual se refere: _____

“O prédio rústico n.º 73, secção I, da freguesia de Sapataria está inserido em espaço agrícola, área agro-pastoril, de acordo com o Artigo 27.º do regulamento do P.D.M.”. _____

III

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1. GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA _____

1.1 – Anulação de Receita – Guia de Anulação de Receita Virtual número 5/2016 _____

O Sr. Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

“Proposta _____

Anulação de receita – Guia de Anulação de Receita Virtual número 5/2016 _____

Considerando que: _____

- a) *Deu entrada nos serviços do Município uma exposição relativa a faturação do consumo de água, solicitando o pagamento da dívida em 10 prestações mensais, a qual, depois de analisada, foi objeto de despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara (informação da Divisão Administrativa e Financeira – Serviço de Águas);* _____
- b) *Independentemente dos despachos de deferimento ou indeferimento da exposição apresentada, certo é que a fatura inicialmente emitida tem de ser anulada de forma a que seja dado integral cumprimento à decisão final que recair sobre a mesma (por exemplo, possibilidade de pagamento em prestações; possibilidade de pagamento no 1.º escalão ou, nos casos de indeferimento, emissão de nova fatura com o valor total mas com prazo diferente);* _____
- c) *Na sequência do procedimento melhor descrito na alínea a) supra, foi emitida a Guia de Anulação de Receita Virtual número 05/2016 referente à guia de débito discriminada na respetiva Guia de Anulação, sendo o valor total de anulação de receita virtual de €93,31.* ____

Propõe-se que: _____

A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço ratifique o despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 24 de fevereiro de 2016, aposto na informação do Serviço de Águas, o qual serviu de suporte à Guia de Anulação de Receita Virtual número 5/2016, referente à guia de débito discriminada na respetiva Guia de Anulação, sendo o valor total de anulação de receita virtual de €93,31. _____

Sobral de Monte Agraço, 01 de junho de 2016 _____

O Presidente da Câmara Municipal, assinado, José Alberto Quintino, Eng.º _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 24 de fevereiro de 2016, aposto na informação do Serviço de Águas, o qual serviu de suporte à Guia de Anulação de Receita Virtual número 5/2016, referente à guia de débito discriminada na respetiva Guia de Anulação, sendo o valor total de anulação de receita virtual de €93,31. _____

1.2 – Alienação de madeira resultante do abate de árvores _____

O Sr. Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

“Proposta _____

Alienação de madeira resultante do abate de árvores _____

Considerando que: _____

- a) Por informação datada de 29 de abril de 2016 – Informação 29/2016/DOUA, propõe-se a alienação da madeira resultante do abate de árvores de grande porte, em vários locais do Concelho, pelo valor de €20,00/tonelada, de acordo com a proposta apresentada por Mário Jorge Matias Pereira, Unipessoal, Lda.; _____
- b) Na informação supra, o Presidente da Câmara, em 03/05/2016, emitiu o seguinte despacho: “Concordo e autorizo a venda proposta. Devido à urgência, deverá ser presente à próxima reunião de Câmara para ratificar”; _____
- c) De acordo com o disposto no artigo 5.º, número 4, alínea b), do Código dos Contratos Públicos, os contratos relativos à alienação de bens encontram-se fora do objeto de aplicação do Código, razão pela qual não estão sujeitos a qualquer procedimento pré-contratual; _____
- d) Nos termos do disposto no artigo 35.º, número 3, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, os atos da competência da Câmara Municipal praticados pelo Presidente da Câmara, carecem de ratificação. _____

Propõe-se que: _____

A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, delibere a alienação da madeira resultante do abate de árvores de grande porte, nos termos e condições constantes da informação número 29/2016/DOUA, pelo valor de €20,00/tonelada, de acordo com a proposta apresentada por Mário Jorge Matias Pereira, Unipessoal, Lda., ratificando o despacho do Presidente da Câmara datado de 03/05/2016, nos termos do número 3, do artigo 35.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

Sobral de Monte Agraço, 01 de junho de 2016 _____

O Presidente da Câmara Municipal, assinado, José Alberto Quintino, Eng.º _____

O Sr. Presidente disse que foram efetuados contactos com algumas empresas, entre estas a Flor da Calçada, Lda. e Mário Jorge Matias Pereira, Unipessoal, Lda., no sentido de serem pedidos orçamentos para proceder ao abate de algumas árvores na vila, nomeadamente,

junto à EBI, na zona do eucaliptal - conforme solicitado pela Santa Casa da Misericórdia - e junto ao Parque de Merendas. Referiu que dos vários contactos estabelecidos, a empresa em causa foi a única que apresentou um valor/tonelada para aquisição da madeira, sendo que as restantes prestariam o serviço só pela troca da madeira ou, inclusive, cobrando pelo corte e recolha. _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, a alienação da madeira resultante do abate de árvores de grande porte, nos termos e condições constantes da informação número 29/2016/DOUA, pelo valor de €20,00/tonelada, de acordo com a proposta apresentada por Mário Jorge Matias Pereira, Unipessoal, Lda., ratificando o despacho do Presidente da Câmara datado de 03/05/2016, nos termos do número 3, do artigo 35.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

2. OUTROS ASSUNTOS DO INTERESSE DO MUNICÍPIO _____

2.1 – Outros assuntos do interesse do Município _____

A Sra. Vereadora Patrícia Vitorino informou que tiveram lugar dois simulacros de sismos na E.B. 1, 2 de Sobral de Monte Agraço, no dia 2 de junho e na EBI de Sapataria, na presente data. Referiu que as iniciativas decorreram bastante bem, agradecendo ao serviço de Proteção Civil e ao Agrupamento de Escolas pela disponibilidade e colaboração. _____

No âmbito das várias iniciativas que têm vindo a ser desenvolvidas em torno da “Rota dos 20”, uma iniciativa comemorativa dos 20 anos do projeto Eco Escolas em Portugal, programa promovido pela ABAE – Associação Bandeira Azul, informou que foi hoje recebida na Autarquia uma turma que integra o Programa Eco Escolas. Ainda neste contexto, informou que, no dia 3 de junho, foi recebida na Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral, a Sra. Vereadora da Educação de Mafra - Célia Fernandes -, que procedeu à entrega do Livro dos Municípios, onde consta os compromissos assumidos pelos vários Municípios e no qual constará também o compromisso do nosso Concelho, tendo ainda sido entregue à Escola o Pergaminho, o Livro das Escolas e a Bandeira Eco Escolas da Rota dos 20. _____

Informou, ainda, que no dia 1 de junho – Dia Mundial da Criança -, decorreram várias iniciativas para assinalar a data. Disse que as atividades tiveram início com uma sessão de cinema no Cine-Teatro, com o Filme “Canção do Mar”, seguindo-se um piquenique no Campo da Feira. Foram, também, desenvolvidas algumas atividades lúdicas na Praça Dr. Eugénio Dias. Referiu que as atividades contaram com a participação de cerca de 600 pessoas, divididas em grupos de 200 e com a colaboração de diversas entidades institucionais, associativas e empresariais do Concelho. Deu conta que, no dia 29 de maio, também integrado na comemoração do Dia Mundial da Criança, se realizou, na Sapataria, a V Festa da Criança, organizada pela APEAVES, uma iniciativa que decorreu bastante bem. _____

Continuando a sua intervenção, informou que, no passado dia 19 de maio, se realizou, no Auditório Municipal, uma ação de divulgação de informação intitulada “Garantia Jovem”. Disse

que esta iniciativa foi dinamizada pelo IEFP e teve a participação de diversos parceiros e empresas e que teve como objetivo a sensibilização da comunidade para a existência de jovens sem emprego e sem formação, os quais devem ser sinalizados. _____

Por fim, disse que, no dia 18 de maio, esteve presente numa reunião do Conselho Consultivo do ACES, em representação do Município, e que na ocasião teve oportunidade de reportar algumas situações que considera importante serem sinalizadas, nomeadamente, a falta de médicos de família e de uma cadeira de higiene oral no Centro de Saúde do Sobral. Disse que estas temáticas deram origem a um diálogo "acesso", principalmente no que concerne à cadeira de higiene oral, pois o ACES entende que deve ser o Município a adquirir o equipamento e, por sua vez, o Município entende que deve ser o ACES. Ainda a propósito das consultas de higiene oral, disse que a Autarquia continua a assegurar o transporte dos alunos mais carenciados até aos Centros de Saúde de Torres Vedras e Cadaval, devido à falta deste equipamento no Concelho. _____

O Sr. Vice – Presidente informou que, no dia 23 de maio, se realizou o 1.º fórum político da ARTEMREDE, intitulado "*Futuros Desejados: Política, Cultura e Território*", tendo sido adotada uma posição relativamente a esta temática. Assim, a ARTEMREDE passou a assumir-se como um importante instrumento dos órgãos das Autarquias Locais para a promoção da cultura e interlocução ao nível das políticas culturais. _____

Prosseguiu a sua intervenção tendo informado que no passado dia 4 de junho, se realizou, na Piscina Municipal, mais uma edição do Festival Aquático. Referiu que as atividades ali promovidas potenciaram uma manhã muito agradável a todos os participantes, pelo que agradeceu à equipa da Piscina pela colaboração no evento. Disse que, também, no passado dia 4 de junho, se iniciou o torneio de futebol que dá pelo nome de Torneio Juvenil Inter Associações – Autarquias Locais, tendo referido que o 2.º encontro será no dia 18 de junho, culminando, depois, com a entrega de prémios e lembranças pelos participantes. _____

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos solicitou um ponto de situação sobre o processo do Moinho de Câbeda, ao que o Sr. Presidente referiu que não existiam novidades. Referiu, ainda, que a Dra. Manuela Casto, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, encontra-se ausente, pelo que a situação só terá desenvolvimentos após o regresso da Chefe de Divisão. _____

O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz, relativamente ao caminho existente junto ao prédio devoluto no Casal Miranda, perguntou como está a ser equacionada a reparação da via, tendo o Sr. Presidente informado que está a ser avaliado pelos serviços se a reparação do mesmo será feita com calçada grossa, ou com calçada fina, sendo que aquela via terá que ser encerrada ao trânsito. O Sr. Presidente informou ainda que, no que concerne ao edifício devoluto, já foi efetuado o emparedamento do mesmo e vedada a propriedade. _____

O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz solicitou um ponto de situação sobre o processo judicial

referente ao incêndio que teve lugar no Centro de Saúde da Sapataria. _____

Continuando a sua intervenção, felicitou a Autarquia pela reparação da Rua 5 de Outubro, referindo que o revestimento em calçada foi uma opção muito feliz. Na sequência do que já tem sido falado em anteriores reuniões de Câmara e tendo em conta as boas condições meteorológicas, perguntou como estavam os trabalhos de reparação das estradas do Concelho. Por fim e reportando-se a uma comunicação que foi recebida por todo o executivo sobre uma família residente em Nogueiras, questionou qual será a ação do Município quanto a esta situação. _____

A Sra. Vereadora Patrícia Vitorino, com a anuência do Sr. Presidente, respondeu ao Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz, informando que estamos perante uma família que vive uma situação muito complicada, que há já algum tempo vem sendo acompanhada pela Santa Casa da Misericórdia. Relativamente à intervenção do Município, disse que o serviço de Ação Social já foi alertado para a situação, pelo que o processo está a ser acompanhado. _____

O Sr. Presidente da Câmara em resposta às perguntas formuladas pelo Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz e relativamente ao Centro de Saúde de Sapataria, disse que o Município suportou todos os custos inerentes às obras necessárias por forma a colmatar os danos provocados pelo incêndio e à promoção da reabertura daquele espaço, no mais curto espaço de tempo. Posteriormente, em consonância com a ARS, foi intentada uma ação judicial contra o proprietário da máquina de café, aparelho que provocou o incêndio. Referiu, ainda, que o processo está a decorrer não havendo ainda quaisquer novidades. No que concerne às obras de requalificação da Rua 5 de Outubro, disse que esta é uma obra realizada a 100% por administração direta. Tendo em conta que se trata de uma rua histórica, foi ponderada a colocação de pedra de calçada, pelo que fez votos que este pavimento tenha sido do agrado da população, em especial daquela que ali reside. Quanto às estradas municipais, disse que estão a ser efetuadas algumas intervenções, também por administração direta, que melhoram e tornam as vias mais transitáveis. No entanto, estão a ser equacionadas algumas intervenções mais profundas, sendo que os serviços estão já a analisar alguns orçamentos para o efeito. ____

Informou que, em conjunto com os 11 Presidentes das Câmaras Municipais do Oeste, o Sr. Presidente e 1.º Secretário da OesteCim, o Diretor Executivo do Oeste Sustentável, o Secretário de Estado das Autarquias Locais, o Presidente do Turismo do Centro, o Presidente e a Vogal da CCDRC e a Presidente do Conselho Empresarial do Oeste, integrou uma comitiva da OesteCIM, numa viagem ao Norte da Europa (Suécia/Dinamarca), que decorreu de 22 a 26 de maio. Através desta viagem, pretendeu-se visitar algumas empresas e Municípios no sentido de se ganhar algum "know how" ao nível do que são as experiências desenvolvidas nesta zona da Europa que, no futuro, possam ser aplicadas à nossa realidade. _____

Informou que o Cine-Teatro comemorou 10 anos da sua reabertura, tendo, para o efeito, sido organizados três dias de atividades com a realização de vários espetáculos. Felicitou todos os

trabalhadores que ali prestam serviço e que, dentro das possibilidades financeiras do Município, promovem uma regular programação que se tem pautado sempre pela boa qualidade dos espectáculos. Agradeceu, ainda, a todos os sobralenses que frequentam o espaço e que contribuem para o seu bom nome e para o sucesso da sua atividade. _____

Informou, ainda, que no passado dia 21 de maio, se realizou uma visita ao Concelho, tendo participado na mesma o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, bem como os Deputados Municipais. Disse que foram visitadas algumas obras públicas, entre elas o Pavilhão Municipal Multisserviços e algumas empresas - Adega Mor, RTM - Rui Timóteo Machado, Lda., etc. Referiu que esta foi uma iniciativa que agradou bastante aos Deputados Municipais tendo a mesma terminado com uma refeição no restaurante Vilamanjar, onde foi saboreado o "bife Wellington". _____

O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz, no âmbito da informação prestada pelo Sr. Presidente sobre a viagem da comitiva da OesteCIM à Suécia/Dinamarca, perguntou quais as conclusões que havia retirado desta participação. Ainda a propósito das palavras do Sr. Presidente sobre o aniversário do Cine-Teatro, disse que não podia concordar inteiramente com as mesmas, designadamente no que se refere à comemoração deste aniversário, uma vez que o espaço em causa tem uma longa história que antecede a sua reabertura e que, no seu entender, não poderá, de forma alguma, ser esquecida, que faz neste ano de 2016, cerca de 70 anos _____

O Sr. Presidente disse que ainda não existiam conclusões concretas quanto à viagem, pois ainda não tinha sido possível reunir os membros que integraram a comitiva. No entanto, salientou que foram efetuadas visitas a algumas empresas e foram estabelecidos contactos com algumas regiões, tendo sido possível, por um lado, perceber toda aquela organização e, por outro lado, a promoção das empresas dos Concelhos do Oeste. _____

3. PAGAMENTOS _____

O Senhor Presidente informou a Câmara que, nos termos da competência que lhe é conferida pela alínea h), do número 1, do artigo 35.º, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, tinha autorizado o pagamento das despesas respeitantes às ordens de pagamento números **1152 a 1520**, num valor total de **€ 710.866,68**. _____

IV

ABERTURA AO PÚBLICO

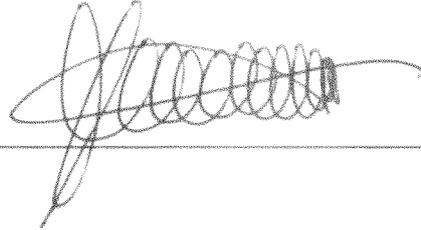
Seguidamente a reunião foi aberta ao público. _____

Estava presente o Sr. Ângelo Raposo que solicitou a palavra para agradecer a cedência do pavilhão do Soeirinho, no dia 26 de maio, para uma iniciativa do Partido Socialista, embora depois não tenha sido necessária a sua utilização. _____

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata sob a forma de minuta nos precisos termos do disposto no número 1, do artigo 57.º, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, com vista à sua exequoriedade imediata. _____

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu como encerrada a reunião quando eram 19 horas e 35 minutos, para constar se lavrou a presente ata e eu Raquel Conceição da Silva Pinheiro Leite redigi e vou assinar junto do Sr. Presidente. _____

O Presidente da Câmara: _____



O Secretário: _____

